

# Cidadania, inclusão e voz\*

Citizenship, inclusion and voice

Manuel Villaverde Cabral

## Resumo

Em primeiro lugar, são propostas as referências que presidem a uma teoria conjunta da cidadania e da sociedade civil; em segundo lugar, é apresentada sinteticamente a reflexão produzida na última década e meia acerca da exclusão e inclusão sociais, bem como as suas manifestações concretas mais importantes, que continuam a se desenvolver sob os nossos olhos; em terceiro lugar, usaremos algumas investigações acerca da sociedade portuguesa para tentar identificar a natureza da relação entre cidadania e inclusão, bem como os défices de ordem cívica e política, ou seja, os défices de "voz", que se observam a este nível; a concluir, são apresentados alguns desenvolvimentos recentes das modalidades de exercício da "voz" por parte dos cidadãos portugueses numa perspectiva comparada.

**Palavras-chave:** cidadania; inclusão; saída; voz.

## Abstract

*Firstly, the references which underlie a joint theory of citizenship and civil society are proposed. Secondly, we present a brief reflection on what has been produced over the last fifteen years about social exclusion and inclusion as well as their more concrete manifestations that keep on taking place right under our eyes. Thirdly, we use some investigations of the Portuguese society to try to identify the nature of the relationship between citizenship and inclusion. We also examine the deficits in civic and political order, that is, deficits of "voice", which are observed at this level. As a conclusion we show some recent developments of the modality of exercising "voice" by Portuguese citizens in a comparative perspective.*

**Keywords:** citizenship; inclusion; output; voice.

Trata-se aqui de uma breve reflexão informativa e despreziosa sobre os temas da cidadania e da inclusão, aos quais acrescentei o conceito de “voz”, que pedi emprestado ao pequeno grande livro do economista político norte-americano Albert Hirschman, cujo título cito em inglês por ser difícil de traduzir: *Exit, Voice and Loyalty* (Hirschman, 1970). *Exit* quer dizer saída, mas nesse livro significa muito mais do que isso. Pode designar o ato de deixar de comprar uma determinada marca ou deixar de fazer compras numa determinada loja, mas pode também significar o abandono de uma organização à qual se pertence, por exemplo, um partido ou um sindicato, e pode ainda significar, no nível dos Estados, qualquer coisa como “votar com os pés”, por exemplo, emigrar. *Exit* é uma forma de exprimir silenciosamente o descontentamento, seja com uma firma, com uma organização ou com um sistema político. *Voice*, voz, significa a expressão não silenciosa desse mesmo descontentamento. Por seu turno, *Loyalty*, lealdade, significa a permanência passiva nos respectivos grupos de pertença, o assentimento com o *statu quo* ou a ordem vigente.

O argumento de Hirschman é que as respostas positivas ou negativas das firmas, organizações ou Estados às ameaças de declínio, que sempre os confrontam, reside numa feliz ou infeliz combinatória entre as três atitudes referidas, sendo a “voz”, previsivelmente, aquela que faz a diferença. Se a “saída” for esmagadora ou se prevalecer uma “lealdade” passiva, a resultante será o declínio; inversamente, uma resposta positiva e eficiente ao declínio resultará daquilo que o autor designa como *the elusive optimal mix of exit and voice*, ou seja, a fugidia combinação optimal entre “saída” e “voz”.

Dividi então o texto em três momentos distintos. Em primeiro lugar, procurarei oferecer rapidamente as referências que presidem a tudo aquilo que se poderia chamar uma teoria conjunta da cidadania e da sociedade civil; em segundo lugar, debruçar-me-ei sinteticamente sobre a reflexão produzida na última década e meia acerca da exclusão e inclusão sociais, bem como as suas manifestações concretas mais importantes que continuam a desenvolver-se sob os nossos olhos; em terceiro lugar, usarei algumas investigações acerca da sociedade portuguesa para tentar identificar, genericamente, a natureza da relação entre cidadania e inclusão, bem como os défices de ordem cívica e política, ou seja, os défices de voz, que se observam a este nível, concluindo com a apresentação de alguns desenvolvimentos recentes das modalidades de exercício da voz por parte dos cidadãos.

## Cidadania e sociedade civil

Sociedade civil e cidadania remetem, de algum modo, uma para a outra, sendo difícil dizer qual precede ou qual pressupõe a outra. Em todo caso, pode dizer-se que sociedade civil – isto é, a organização de redes e grupos autônomos de defesa de valores e interesses distintos ou concorrentes entre si e, sobretudo, distintos das esferas de interesse do Estado e das Igrejas – constitui a materialização efetiva do exercício da cidadania. Contudo, se a noção de sociedade civil só faz sentido com a formação do Estado moderno no século XVII, ela pode emergir antes mesmo do reconhecimento dos direitos políticos e da sua institucionalização sob os

regimes liberais, ao longo de um processo lento e tudo menos linear, cheio de avanços e recuos da franquia eleitoral individual, percurso este que, em Portugal, apenas se universalizou de forma genuína com o 25 de Abril de 74, fazendo então coincidir cidadania e sociedade civil num mesmo espaço estadual nacional.

A noção de cidadania parece, no entanto, ser anterior à de sociedade civil e remeter para a emergência dos direitos pessoais e corporativos que os habitantes de algumas cidades medievais, os chamados “burgueses”, incluindo em países como Portugal, foram adquirindo através de determinados tipos de forais, como na Lisboa do final do século XIV. O ponto é que a cidadania nasce territorializada, circunscrita primeiro às cidades e suas áreas de influência, tipicamente na Itália renascentista, e ainda hoje é possível observar um efeito metropolitano positivo sobre o exercício ativo da participação cívica e da mobilização política (Cabral, 2008), como se, para usar uma expressão recuperada por Weber, o ar da cidade trouxesse, efetivamente, um espírito de liberdade (Weber, 1958/1921). Só depois a cidadania se foi estendendo, mitigadamente, aos chamados Estados-Nação, sob a forma daquilo a que damos, correntemente, o nome de nacionalidade, mas que os anglo-saxônicos designam por *citizenship*, mantendo assim a ligação entre cidadania e território.

A nacionalidade, nos poucos territórios onde de início ela se vai manifestando, Portugal é um deles, começa na realidade por ser o direito de proteção interna e externa de pessoas e bens, correlativo da entrega, por assim dizer, da soberania ao Estado, segundo o esquema hobbesiano de troca, digamos assim, de soberania por segurança. Neste sentido,

a nacionalidade garantida pelos Estados absolutistas, originariamente no século XVII e prolongando-se pelo XVIII e em boa parte do XIX, reabsorveu a sociedade civil embrionária das cidades medievais e renascentistas. Já a nacionalidade enquanto cidadania – conjunto de direitos civis, políticos e sociais – é algo de muito mais tardio, identificado apenas a seguir à 2ª Guerra Mundial por Thomas Herbert Marshall, num ensaio luminoso de 1950 sobre cidadania e classes sociais, que desde então tem constituído, de algum modo, a bíblia da inclusão social. Marshall (1992) estava, na realidade, a teorizar o início do contrato social Keynesiano – devido, como sabemos, ao futuro Lord Beveridge – que configurava para as próximas décadas o modelo do *Welfare State*, adotado *mutatis mutandis* nas democracias europeias, com muitas diferenças já também teorizadas (Esping-Andersen, 1990), enquanto contrapartida material ou, se preferirmos, como substanciação dos direitos conferidos à cidadania cívica e política pela democracia.

Estes novos direitos sociais, aos quais a sociedade portuguesa ascenderia, à sua maneira, com o 25 de Abril e de então para cá, correspondem, keynesianamente, à necessidade de sustentar a procura solvável das famílias nas três situações em que, identificadamente, os membros da população ativa, os trabalhadores, não estão em condições de trabalhar e, portanto, de angariar recursos próprios: o desemprego, a velhice e a doença. Com a evolução do impropriamente chamado “estado-providência” – já que o Estado nada providencia, nós é que providenciamos os nossos impostos ao Estado, – a inclusão econômica e a coesão social foram sendo assumidas pelos seus dois pilares estatais: a Segurança Social e o Sistema

Nacional de Saúde. Eis o ponto em que o desenvolvimento histórico da noção de cidadania nos faz chegar ao domínio da inclusão e da exclusão, que abordarei daqui a um instante.

Em compensação, a educação pública, frequentemente acrescentada ao “Estado-providência”, em rigor não pertence ao *Welfare State*, e só é considerada, na teoria, como uma despesa social na medida em que visa igualizar as condições de partida e não as de chegada – como o desemprego, a doença ou a reforma – a fim de garantir a uma sociedade moderna o capital humano de que esta, em princípio, carece e pretende portanto dotar-se. Inversamente, as políticas de habitação, a chamada habitação social, sendo raramente convocada, faz parte integrante do *welfare state* (Wilensky, 1973).

Entretanto, sem pretender fazer a narrativa de um longo e complexo processo, convém recordar que o conceito propriamente dito de sociedade civil emerge, como havia dito, no século XVIII, na Escócia, mais exatamente do que na Inglaterra, com o filósofo Adam Ferguson, que vai escrever em 1767 o primeiro “ensaio sobre história da sociedade civil” enquanto manifestação dos novos interesses mercantis e industriais, mas também de secessão religiosa e intelectual, por diferenciação relativamente à ordem estatal aristocrática e fundiária então vigente. Ao amadurecer, o conceito evoluiu no sentido de uma esfera cívica diferenciada, embora nunca radicalmente autônoma do Estado, do mercado e das igrejas, assim como da própria esfera familiar e privada no sentido pessoal do termo.

Na Alemanha, contudo, com Hegel sobretudo, o conceito é sintomaticamente designado por *Bürgerliche Gesellschaft*, ou seja, a “sociedade burguesa”, as “forças vivas” do

burgo, conferindo assim à noção de sociedade civil o significado de uma esfera de interesses econômicos privados, autônomos e, no limite, em competição com o Estado-Nação em nascimento, se não mesmo opostos às suas instituições. Para Hegel, enquanto cidadão alemão que ambicionava a formação de um Estado-Nação ainda muito atrasado na Alemanha, a vigilância reguladora do Estado sobre essa sociedade civil era absolutamente necessária para corrigir, por assim dizer, a livre atuação desta última.

Mais tarde, inspirado pela sua visão da democracia norte-americana, Tocqueville foi praticamente o último grande defensor da ideia de sociedade civil enquanto contrapeso, simultâneo, ao individualismo liberal e ao centralismo estatal. Contudo, numa espécie de síntese atualizada desta controvérsia política, o filósofo americano John Rawls acabaria por designá-la como “sociedade organizada”, *organized society*, na sua grande teoria sobre a equidade social no século XX. Na mesma linha que Hegel, também Rawls considera que a função do Estado é, precisamente, a de defender o interesse público contra as eventuais vantagens adquiridas pelos interesses melhor organizados e porventura mais influentes politicamente (Rawls, 1972).

Essa dimensão realista, para não dizer cínica, da chamada sociedade civil, implícita na teoria de Rawls e retomada por outros “descontentes da sociedade civil”, como lhes chamam Arato e Cohen na sua magnífica síntese crítica de 1992, voltará a surgir com força na última década do século XX, quando os temas articulados da sociedade civil e do exercício da cidadania reemergem, após um longo período de silêncio, com o início da globalização e o

retorno ao liberalismo econômico na década de 70 do século passado.

A partir do momento em que estas tendências se conjugam, na década de 90, com a implosão do chamado socialismo real, abre-se o espaço à emergência daquilo a que Alexander (1998) chamou as “sociedades civis reais”. Simultaneamente, generalizam-se os apelos à “libertação da sociedade civil”, como já acontecera em Portugal no início da década de 80 com o apelo premonitório do então primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão, que introduziu pela primeira vez o conceito no imaginário político nacional, com toda a significação adversa ao Estado, em todo o caso, ao Estado centralista e burocrático, que tal “libertação” continha.

Foi, pois, nesse contexto que, de forma mais concreta e mais próxima das nossas realidades políticas e sociais, estes conceitos ganharam atualidade e impacto na renovação da teoria democrática, nomeadamente com a investigação do cientista político norte-americano Robert Putnam sobre a implementação da descentralização político-administrativa em Itália. Com efeito, a forma diferenciada como o processo ocorreu permitiu a Putnam dar-se conta de que o potencial democratizante da devolução de direitos e deveres às regiões italianas era tanto melhor utilizado por estas quanto mais profundas eram as raízes históricas do exercício do associativismo profissional e empresarial, em suma, quanto mais precoces e fortes eram as sociedades civis regionais (Putnam, 1993).

A prolongada pesquisa de Putnam, publicada apenas em 1993, gerou uma controvérsia que dura até hoje e promete continuar. Eu próprio estou envolvido nela com um volume que tive o gosto de organizar para a Fundação

Calouste Gulbenkian (Cabral, 2008) e com o colóquio que estou neste momento a planear para a Fundação da Casa de Mateus. O livro de Putnam não faz mais, de fato, do que redescobrir a teoria do capital social de James Coleman, que era na realidade uma teoria econômica aplicada a microcomportamentos sociais; porém, ao aplicá-la à escala societal, Putnam abriu o campo a uma reconciliação extremamente fértil, embora complexa e semeada de contradições e paradoxos, entre as noções de cidadania e sociedade civil.

A sofisticação e a diferenciação crescentes do modelo do capital social permitiram, inclusivamente, articulá-lo com a problemática da exclusão e inclusão sociais, assim como com a nova temática que está a reorientar, na minha opinião, a ciência política mais criativa, a saber, a emergência do paradigma da qualidade da democracia. Paradoxalmente, mas de forma que se compreende bem a um nível superior de inteligibilidade, a emergência do novo paradigma da auditoria e da qualidade democráticas fica a dever-se, de forma determinante, à queda do muro de Berlim e à implosão do sistema soviético. Com efeito, como tive oportunidade de referir desde cedo, na medida em que a democracia representativa passou a estar, por assim dizer, sozinha no mercado da representação política, ficou sujeita a maior escrutínio e exigência por parte dos representados e, correlativamente, dos cientistas e analistas políticos (Cabral, 2000).

O retorno da sociedade civil e o seu dobramento em capitais sociais de diversa natureza – uns mais inclusivos, outros mais excludentes – geraram, entretanto, como é conhecido, um *revival* do associativismo e, sobretudo no chamado Terceiro Setor, um prodigioso surto

de organizações não-governamentais – essas ONGs tipicamente situadas entre o Estado e o mercado, numa fronteira entre o público e o privado que nem sempre está traçada com clareza (Salamon et al., 1999-2004). Esta falta de demarcação clara entre Estado, mercado e sociedade deu inclusivamente origem àquilo que no mundo anglo-saxônico se dá o nome de QUANGOs, isto é, *quasi-non governmental organizations*, ou seja ainda, quase-ONGs, onde todavia a mão do Estado e a do próprio mercado estão muito próximas. Esta é uma ilustração recente daquilo que sempre foi visto, por muitos observadores, como *the dark side of social capital* (Wacquant, 1998).

Inversamente, nada ilustra melhor o problema da rigorosa independência a manter pelas organizações da sociedade civil em relação aos poderes públicos, às organizações político-partidárias, às igrejas e até aos próprios movimentos sociais, do que a atividade desenvolvida pelas Fundações e outras instituições filantrópicas e mecenáticas. Por sua vez, João Freire tem um trabalho muito importante onde resume a evolução – à escala internacional, mas também em Portugal – do associativismo clássico, participativo e cooperativo, para um associativismo de prestação de serviços e de delegação de poderes (Freire in Cabral, 2008), como aliás assinalado pelo próprio Putnam noutro famoso livro (Putnam, 2008).

Existe por outro lado um estudo muito completo sobre o chamado terceiro-setor português onde operam as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. O estudo está integrado no projeto internacional da Johns Hopkins University e foi realizado pela Universidade Católica Portuguesa (Porto) em 2002, sob a direção de Raquel Franco, sendo

publicado em 2005 com o apoio, não à toa, da Fundação Gulbenkian, da FLAD, da Fundação Ilídio Pinho e da Fundação Aga Khan (Franco, 2005). Ora, segundo este levantamento, o 3º Setor português representaria cerca de 4% do PIB nacional e “envolveria as energias de quase um quarto de milhão de trabalhadores ETI”, dos quais 50.000 em regime de voluntariado.

No entanto, esta dimensão seria “consideravelmente inferior à média da maioria dos países da Europa ocidental [embora] quase equivalente à de Espanha e Itália e significativamente superior à dos países em transição da Europa Central e de Leste”. Perto de metade dos recursos humanos do 3º setor nacional dedica-se ao fornecimento de serviços sociais e uma proporção considerável aos serviços de saúde e de educação. Aqui, têm particular relevo as IPSSs, cuja inclusão no 3º setor é internacionalmente aceite, mas permanece controversa, dado o comando hierárquico a que elas estão em geral sujeitas relativamente a instituições consideradas, por seu turno, exteriores para não dizer estranhas à sociedade civil, como as igrejas.

## Exclusão e inclusão sociais

Chegamos, por assim dizer naturalmente, ao domínio do social, que preside a este Encontro Nacional das Fundações. Procurarei, então, fazer muito sucintamente o arco das exclusões, como me foi sugerido, incluindo e para além da dimensão dos rendimentos económicos, à qual voltarei no entanto no fim desta seção. Para começar, focar-me-ei nas múltiplas ambiguidades da noção de exclusão social, reconhecidas aliás

pelo próprio fundador deste paradigma desde o momento em que o lançou. Estou a pensar, evidentemente, no psicanalista e sociólogo francês Robert Castel, cujas “metamorfoses da questão social” lançaram, a partir de 1995, este novo paradigma dos direitos sociais na era pós-kenesiana (Castel, 1995), paradigma este que não cessou de se alargar desde essa altura até adquirir novos aprofundamentos com a presente crise.

Como Castel teve oportunidade de clarificar posteriormente, uma coisa é a discriminação negativa, em particular em torno dos imigrantes e dos jovens da segunda geração de imigrantes, mas que também poderia ser, tipicamente, a discriminação contra as pessoas de etnia cigana, em suma, uma exclusão social explícita de grupos que, de alguma maneira, são identificados como “não-nós”, como “outros”, especialmente nos países da chamada “velha Europa”, confrontados que são há décadas com as sequelas pós-coloniais dos seus impérios. Uma coisa é, pois, essa discriminação negativa, trágica, mas por assim dizer trivial; outra coisa, que constitui aquilo que mais nos interessa neste contexto, é a perda do laço social, ou seja, o que Castel chama de desfiliação, *désaffiliation* (Castel, 1996).<sup>1</sup>

Com essa noção de desfiliação, Castel refere-se pois a pessoas e, só em segunda instância, a grupos que não são, à partida, objeto de discriminação étnica ou religiosa e cuja exclusão se deveria menos a causas económicas, como o rendimento, do que sociais, num sentido restrito do social, vizinho do psicossocial. Por exemplo, em caso de deficiências físicas ou mentais, de ruptura familiar, ou ainda da quebra das redes sociais quando as pessoas migram do campo para a cidade ou,

simplesmente, quando esta penetra pelo campo fora e acaba com as atividades agrícolas, destruindo do mesmo passo as qualificações profissionais dos habitantes dos territórios peri-urbanos das grandes cidades, como foi recentemente estudado aqui perto, em Vila Nova de Gaia, a propósito da implementação do RMI, numa tese de doutoramento (Eduardo Rodrigues, Departamento de Sociologia, Universidade do Porto).

Esse conjunto de causas de algum modo avulsas, distintas entre si e não estruturadas, estende-se até ao isolamento extremo dos sem-abrigos e dos vagabundos, associado por vezes ao alcoolismo ou à toxicodependência, para recordar uma vez mais o elenco estabelecido por Robert Castel. O mais relevante em tudo isto é que foram tais situações que acabaram por legitimar, no contexto da globalização e das políticas neoliberais, o retorno das políticas sociais ao assistencialismo e ao casuismo, para não dizer à arbitrariedade, dos chamados *means tests*, agora levados ao absurdo da invasão da privacidade dos beneficiários, como acontece com a atribuição do chamado “rendimento garantido”.

Por seu turno, esta verificação dos meios de subsistência dos assistidos acarreta toda sorte de disfunções potenciais, desde o clientelismo ao paternalismo, abrindo um espaço de negociação totalmente assimétrica, em si mesmo altamente criticável do ponto de vista ético, e totalmente oposta ao caráter abstrato e universal dos direitos sociais que o contrato kenesiano e beveridgiano supunha. Castel foi o primeiro a assinalar a profunda ambiguidade destas falsas discriminações positivas através das quais os direitos sociais têm vindo a ser desconstruídos (Castel, 1995, p. 472).

O próprio prolongamento da esperança de vida, com o crescente envelhecimento sociodemográfico das populações, pode e tem infelizmente contribuído para o alastramento de formas de pobreza oculta ou mal-disfarçada, devidas às baixas reformas, como acontece tipicamente com as pensões do regime não contributivo, mas não só. Mais recentemente, surgiu o desemprego maciço, algo de que a sociedade portuguesa se tinha mantido tenazmente afastada, pagando por isso até aqui um elevado preço em termos de ineficiência econômica generalizada.

Com a atual crise, tornou-se mais difícil de sustentar esse *trade-off* a que me referi num artigo sobre a economia política do mercado de trabalho português (Cabral, 1999). Com efeito, em Portugal tem-se historicamente subvencionado o subemprego a fim de manter as pessoas ativas e minimamente integradas, embora com rendimentos muitas vezes abaixo do chamado nível de pobreza, cujo caráter relativo já foi criticado por autores insuspeitos como Amartya Sen (1983). Agora, com a crise, surgiu o desemprego maciço e duradouro, bem como a precarização generalizada do vínculo salarial, conforme Castel assinalara, produzindo rendimentos muito baixos, que podem levar, por sua vez, ao abuso do álcool e de outras drogas, flagelo ao qual a sociedade portuguesa tem sido particularmente sujeita.

Para descrever este estado de vulnerabilidades e de exclusões, mais ou menos violentas, profundas e irreversíveis, Castel fala da “multiplicação de pessoas que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários” (Castel, 1995). Hoje falaríamos, generalizadamente, como ele aliás já antecipara, do “precariado” e até de singulares categorias econômicas novas

como a dos “intermitentes”, um regime criado em França para certas profissões artísticas sem atividade regular; em Portugal, a abusiva generalização dos chamados “recibos verdes” é paradigmática desta evolução precarizante do mercado de trabalho.

Na realidade, o chamado precariado, frequentemente disfarçado de trabalho independente sob a ominosa forma do “recibo verde”, tornou-se uma nova categoria laboral, para não dizer socioeconômica, por distinção relativamente ao salariado. Castel tem razão quando se eleva contra o fato de os precários serem legalmente separados do salariado e dos direitos históricos a este associados, para serem tratados como trabalhadores pseudoindependentes, em suma, uma espécie de gestores do seu capital humano, com regime jurídico próprio (ibid.).

A nova questão social seria, então, esta: uma nova ordem econômica onde o fosso entre incluídos e excluídos ameaçaria a coesão da sociedade, com isto se regressando ao fantasma bem real da dissolução da substância dos elos sociais que Karl Polanyi (1994/1980) havia levantado durante a 2ª Guerra Mundial na sua famosa *Grande Transformação*. Seria caso para perguntar se não é este o momento de evocar o problema da “voz”, da palavra que os cidadãos têm a dizer a este respeito. Antes, porém, vale a pena registrar que, depois de tudo o que temos dito, o fenômeno mais grave que assola a sociedade portuguesa continua a ser o da crescente desigualdade de rendimentos econômicos, acerca da qual dispomos de uma tese exemplar de Carlos Farinha Rodrigues (2007a), feita em 2005 com base em dados de 2000; desde então, a situação não tem deixado de se agravar, como o mesmo autor tem demonstrado em várias ocasiões (2007b).<sup>2</sup>



Assim, em 2000, com um índice de Gini de 35% e uma taxa de pobreza relativa superior a 19%, Portugal era o país mais desigual da União Europeia a 15, com um nível de desigualdade 25% superior à média europeia e uma incidência da pobreza relativa 14% superior à média dos 15. Em 1989, o índice de Gini tinha baixado a 32%, bastante melhor então do que nos Estados Unidos, por exemplo, e neste momento, segundo estimativas de Carlos Farinha para 2005, teria atingido 41% contra 31% na UE-25 e menos de 30% na UE-15; nos últimos anos, o índice de Gini teria voltado a descer em Portugal mercê de prestações sociais pontuais junto de grupos particularmente empobrecidos.

Ainda segundo este autor, a desigualdade e a pobreza possuem, em Portugal, um caráter estrutural – distinguindo-se, neste sentido, da noção avulsa de exclusões sociais – associado a um determinado modelo de crescimento econômico, que melhorou indiscutivelmente o bem-estar da generalidade da população, ao longo das últimas décadas do século XX, mas que não só não impediu o aumento das desigualdades, como foi gerador de novos fatores de desigualdade e pobreza (Rodrigues, 2007).

E quais são, então, os mecanismos geradores dessa desigualdade e dessa pobreza? Em primeiro lugar, a clivagem urbano-rural, à qual aludi qualitativamente e agora podemos, de algum modo, quantificar. Assim, o rendimento médio nas áreas rurais passou de 72% do rendimento nos centros urbanos em 1989 para 61% em 2000, sofrendo pois uma perda considerável. Na primeira metade da década de '90, o rendimento rural médio diminuiu em valor absoluto e esta queda só terá sido sustida graças a paliativos como o “rendimento mínimo

garantido”. Existe aliás um *trade-off* entre pobreza e desigualdade quando se comparam as zonas rurais e as urbanas. A pobreza prevalece no campo e as desigualdades de rendimento são mais gritantes nas cidades.<sup>3</sup> Com a crise, rigidificaram-se dois universos: o mundo urbano da atividade, onde as desigualdades são muito grandes, mas persiste um certo dinamismo, e o mundo das pequenas vilas e das aldeias, onde em contrapartida prevalece uma espécie de igualdade por baixo, mas ao qual falta dinamismo para resistir.

Em segundo lugar, a clivagem geracional, que em larga medida se sobrepõe à clivagem urbano-rural. Com o envelhecimento acelerado da população, a percentagem de pessoas com 65 anos ou mais passou, na última década do século XX, de 15% para 22%. Ora, a incidência da pobreza relativa é sempre superior a 35%, contra uma média nacional em torno de 19%, entre os agregados familiares compostos exclusivamente por idosos; dito de outro modo, em 2000, 42,5% dos pobres – com rendimentos abaixo de 60% do rendimento mediano – eram idosos.

Em terceiro lugar, a clivagem educacional. Segundo Carlos Farinha, é esta a principal variável explicativa dos níveis de rendimento e de pobreza em Portugal. Este efeito discriminante aumentou na década de referência, ao mesmo tempo que o Estado, as Fundações e as instituições da sociedade civil faziam esforços financeiros indiscutíveis no sentido da escolarização das nossas crianças e dos nossos jovens (Candeias, 2008). No entanto, tudo leva a crer que o efeito discriminante do fator educativo tenha continuado a aumentar na primeira década do século XXI, já que, pela primeira vez, nesta década, o aumento das desigualdades

entre o primeiro e último decil se fez à custa não só do aumento do rendimento dos primeiros, como também da diminuição absoluta do rendimento dos últimos. Em todo o caso, entre 1989 e 2000, o valor explicativo do fator educacional, numa regressão linear sobre a variância das desigualdades de rendimento, passou de 25% para 40%. Assim, a prevalência da pobreza entre os agregados cujo chefe de família possui um nível de instrução inferior ao básico, é próxima de 50%.

Em quarto lugar, a exclusão total da atividade produtiva, portanto do mundo do trabalho e da sua sociabilidade, algo que iremos estudar agora no Instituto do Envelhecimento, criado na Universidade de Lisboa graças à Fundação Calouste Gulbenkian, aumentou em 5 pontos a percentagem dos agregados familiares totalmente excluídos da atividade laboral, para atingir mais de 22% da população em 2000, apresentando estes agregados taxas de pobreza superiores a 40%. Finalmente, para os ativos, a desigualdade salarial constituiu, na última década, o principal fator de aumento das desigualdades de rendimento.

Ainda no mesmo estudo, o autor mostra que a capacidade redistributiva do sistema fiscal português fica muito aquém daquilo que corresponderia à nossa carga fiscal (Amaral, 2010, p. 60). Tudo isto para dizer, com base nos dados impressionantes do Professor Farinha Rodrigues, que os principais fatores de exclusão social na sociedade portuguesa continuam, afinal, a estar estreitamente ligados ao fator rendimento – salários e pensões sobretudo – e aos seus determinantes sociodemográficos: a clivagem cidade-campo, a idade, a inatividade profissional e, acima de tudo, o nível de instrução!

## Saída, voz e lealdade

Veremos, para concluir, aquilo que se pode esperar do funcionamento da democracia e do exercício da voz da cidadania neste vasto domínio da inclusão e exclusão sociais. No primeiro inquérito sociológico que tive oportunidade de realizar na minha carreira, há quase 20 anos, graças à iniciativa da Dra. Teresa Gouveia através da FLAD, encontramos, como era aliás de prever, uma correlação significativa mas negativa entre o exercício ativo da cidadania por parte da população portuguesa e a percepção que esta tinha da equidade social reinante na nossa sociedade, estimada através da percepção subjetiva daquilo que na época designei por equidade do sistema de oportunidades e recompensas socioeconómicas (Cabral, 1997).

Na altura, os inquiridos consideravam que o sistema de oportunidades era relativamente aberto; em contrapartida, o sistema de recompensas era considerado muito iníquo. Não sei como é que os portugueses responderiam hoje. Desde então, mais do que na mediação socioeconómica da cidadania, tenho-me concentrado nas mediações socioculturais subjacentes ao exercício ativo da cidadania e à satisfação com a democracia. Num estudo internacional de 2004, cujos resultados tratei da forma que se pode ver no Quadro 1, pretendi averiguar de que maneira se posicionavam a classe média-alta e a classe trabalhadora perante os atributos e atitudes tipificadores da participação política e da adesão à democracia. Comparei, assim, o conjunto das duas camadas superiores da sociedade europeia – empresários, proprietários, profissionais liberais, técnicos superiores, etc., que designei por elites – com o operariado,

Quadro 1 – Elites e Operariado ante a política, segundo o país e UE (médias)

	Portugal			Espanha			República Checa			Suécia			União Europeia (18)		
	EL	OP	M <sub>N</sub>	EL	OP	M <sub>N</sub>	EL	OP	M <sub>N</sub>	EL	OP	M <sub>N</sub>	EL	OP	M <sub>UE-18</sub>
Confiança inter-pessoal	4,40	4,39	4,45	5,21	4,71	4,84	4,89	4,05	4,42	6,57	5,76	6,25	5,29	4,52	4,86
Confiança nas instituições	5,00	4,61	4,82	5,05	4,61	4,84	4,80	4,21	4,42	6,21	5,36	5,90	5,46	4,83	5,18
Confiança na classe política	3,16	2,51	2,82	3,84	3,09	3,37	3,60	2,99	3,22	5,15	4,19	4,72	3,96	3,17	3,60
Interesse pela política	2,58	1,89	2,12	2,27	1,76	1,88	2,47	2,03	2,20	2,86	2,45	2,60	2,76	2,19	2,38
Compreensão do fenómeno político	3,26	2,47	2,71	3,17	2,48	2,64	3,03	2,53	2,74	3,41	2,84	3,04	3,17	2,66	2,83
Iniciativa e resposta (responsiveness)	1,52	1,37	1,40	1,59	1,43	1,53	1,63	1,87	1,64	1,47	1,52	1,53	1,48	1,60	1,53
Proximidade dos partidos	2,81	2,71	2,74	2,85	2,70	2,75	2,85	2,75	2,78	2,95	2,86	2,89	2,85	2,79	2,84
Satisfação com a democracia	4,52	4,49	4,56	5,86	5,62	5,70	5,26	4,62	4,85	6,39	5,91	6,12	5,50	4,89	5,20
Escala Esquerda-Direita	5,18	4,89	5,08	4,45	4,13	4,41	6,01	4,90	5,45	5,28	4,41	4,88	4,92	4,78	4,93
Associativismo	0,17	0,07	0,09	0,23	0,09	0,13	–	–	–	0,49	0,33	0,39	0,32	0,14	0,21
Auto-Mobilização	0,81	0,30	0,41	1,64	0,72	0,99	1,22	0,62	0,90	2,20	1,34	1,81	1,55	0,67	1,02

Escalas 0-9 EL = Elite; OP = Operariado; MN = Média Nacional; MUE-18 = Média na União Europeia-18

que não é, como se sabe, a classe mais pobre da sociedade nem a menos organizada da nossa sociedade (Cabral, 2006).

Em linha, temos alguns dos mais importantes fatores habitualmente associados, na teoria da democracia, ao exercício ativo da cidadania e à satisfação com o regime representativo; em coluna, temos – para Portugal e quatro países com os quais nos quisemos comparar, bem como para o conjunto da União Europeia (18 países disponíveis na base de dados do ESS) – os valores apresentados pela elites, pelo operariado e pela média da população. Ora bem, só há uma conclusão a tirar, a nível de cada país ou a nível europeu: com raríssimas exceções à escala nacional e europeia, seja qual for o indicador em causa, as elites não só recorrem muito mais às oportunidades de participação política do que o operariado, como se identificam muito mais com os partidos,

a classe política e as instituições dos respectivos países; consequentemente, a sua satisfação com a democracia é muito maior do que a da classe operária. Por outras palavras, estes resultados configuram uma autêntica confiscação dos sistemas partidários e da própria democracia pelas elites da União Europeia em detrimento das respectivas classes subalternas.

A única exceção relevante é o índice designado por *responsiveness*, que mede a capacidade de iniciativa dos indivíduos e a resposta do sistema à ação coletiva ou individual dos cidadãos. Por aqui nos aproximamos dessa “voz” teorizada por Hirschman. São dois indicadores simples: primeiro, perguntava-se que probabilidade haveria de os inquiridos se envolverem num protesto contra alguma legislação da qual discordassem; e depois perguntava-se qual seria, segundo os inquiridos, a resposta do sistema no caso de as pessoas tomarem alguma

iniciativa. Normalmente, a probabilidade de tomar alguma iniciativa não é muito grande, mas o que faz, por assim dizer, baixar o índice é o efeito de *feedback* negativo que tem, para mobilização dos cidadãos, a expectativa de que eles têm de que as suas iniciativas “não servem para nada”.

Ora, se em Portugal e Espanha, as elites tendem a tomar mais iniciativas de protesto do que o operariado, não é esse o caso nos outros países nem no conjunto da União Europeia. Comprova-se, assim, que prevalece na Península Ibérica uma relação política muito pouco construtiva, pouco dialogante e pouco frutuosa, entre uma elite que procura sistematicamente dissuadir o protesto e, por outro lado, uma classe operária que, perante as estratégias dissuasórias das elites, renuncia por antecipação a fazer ouvir a sua voz, interiorizando por assim dizer a dissuasão e criando, portanto, uma espécie de círculo vicioso. Inversamente, a verificação de que a iniciativa serve para alguma coisa pode gerar um círculo virtuoso.

Finalmente, se é certo que na generalidade dos países da União Europeia as elites, devido à abundância dos seus capitais humano e social, exercitam muito mais plenamente os direitos constitucionais do que o resto da população, estes resultados mostram que só em Portugal é que as próprias elites tendem a exercer esses direitos menos do que o operariado de países como a Suécia, por exemplo, e por vezes menos também do que a média europeia. Existe, portanto, um efeito societal, segundo o qual a sociedade portuguesa sofre, no seu conjunto, de um défice tal ao nível do exercício da cidadania que as próprias elites revelam, frequentemente, possuir menos capital social do que o conjunto da população europeia.

Em Portugal, efetivamente, os índices de associativismo e de automobilização das elites estão abaixo dos da classe operária sueca. Comparativamente, Portugal sofre de um défice societal de mobilização, podendo dizer-se que a capacidade de se automobilizar é definidora de uma elite, porventura uma elite alternativa, como veremos a seguir. Do lado das classes subalternas, também as lideranças sindicais são elites, alvo potencial de contestações geradoras, por seu turno, de elites alternativas, como aconteceu recentemente com o movimento dos professores em Portugal.

É isso que se apercebe neste outro quadro produzido no contexto de uma nova pesquisa sobre as modalidades de exercício da cidadania (Cabral e Carreira da Silva, 2007). Perante estes resultados, é lícito perguntar se não estaremos diante de uma mudança cultural, um *shift* correlativo daquela outra mudança, identificada há duas décadas por Ronald Inglehart, dos valores e atitudes materialistas em direção àquilo a que ele champou pós-materialismo (Inglehart, 1990). Agora, porém, tratar-se-ia de um *shift*, não tanto ao nível dos conteúdos como, sobretudo, ao nível das formas de exercer a cidadania e de desafiar as elites instaladas, seja no poder, seja nos próprias instâncias de contrapoder (Cabral, 2005).

Identificamos, assim, duas modalidades distintas de exercício cidadão: por um lado, o associativismo clássico, ou seja, a pertença a associações cívicas, culturais, desportivas, partidos, sindicatos, ordens profissionais, etc., em suma, o associativismo clássico associado, passe a redundância, ao típico capital social identificado por Putnam, em qualquer das suas vertentes, aberta (*bridging*) ou fechada (*bonding*); por outro lado, formas novas

Quadro 2 – Associativismo e Auto-mobilização – Portugal (2004)  
(Regressão Linear Múltipla)

	Associativismo	Auto-mobilização
Interesse pela política	–	–
Mobilização cognitiva	–	0.141***
Iniciativa e resposta política	0.144***	0.112***
Exposição aos <i>media</i> noticiosos	0.155***	0.132***
Confiança interpessoal	–	–
Classe social	0.078*	0.110***
Classe social subjetiva	–	–
Escolaridade	–	–
Rendimento	0.135**	0.082*
Sexo	-0.065*	0.055*
Idade	0.111**	-0.083*
Prática religiosa	0.182***	–
Socialização primária	–	–
Socialização secundária	0.220***	0.217***
Efeito-metropolitano	–	0.081**
Posição política (esquerda vs. direita)	-0.103***	–
Variância explicada ( <i>Adjusted R<sup>2</sup></i> )	21,4%	48,5%
<i>N (Minimum)</i>	1152	1152

Nota: Os valores são coeficientes de regressão estandardizados (betas) estatisticamente significativos: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,01$ ; \*\*\*  $p < 0,001$ . As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos ( $p > 0,01$ ).

daquilo a que tenho chamado a automobilização, tipicamente, o cidadão é membro de um partido; figura portanto na coluna do associativismo; quando esse partido convoca uma manifestação ou um comício, o cidadão é livre de responder ou não à convocatória, isto é, tem de fazer um esforço suplementar no sentido de estar presente, de fazer ouvir a sua voz; é este último passo pessoal que designo por automobilização.

Ora bem, há indicadores sociodemográficos de sinal estatístico contrário. Dois são particularmente interessantes, pois apontam para alguma mudança sociocultural. Trata-se do gênero e da idade. As mulheres estão menos presentes no associativismo e mais ligadas a novas formas da automobilização, porventura mais soltas e até erráticas, com menos compromissos no tempo, mas mais empenhamento no momento, digamos assim. Os homens, em

contrapartida, estão mais associados ao capital social convencional e distinguem-se menos, não é que haja menos homens, naturalmente, mas têm menor saliência neste novo tipo de mobilização. Quanto à idade, passa-se algo de análogo: o associativismo convencional é uma forma de exercício cidadão de pessoas mais velhas, enquanto os jovens se salientam entre quem se orienta preferencialmente para as modalidades de automobilização. O sentido da mudança em favor destas últimas modalidades é indicado, precisamente, pela juventude dos seus aderentes.

Vale a pena acrescentar que não há necessariamente contradição entre as duas modalidades; elas não se excluem mutuamente, antes pelo contrário, reforçam-se até uma à outra. Contudo, se fizermos uma análise estatística simples, verificamos que, havendo sobreposição entre elas, como acontece em 40% a 50% dos casos, a automobilização é mais geradora de associativismo do que este é gerador de mobilização.

Por outras palavras, é mais plausível que o envolvimento numa rede aberta de protesto leve à criação de uma associação ou à adesão a uma organização previamente constituída do que a pertença a uma destas associações – hierarquizadas e com objetivos já estabelecidos – leve à participação ativa. Acresce, por último, que a modalidade da automobilização é de longe aquela que melhor adere (48,5% de “variância explicada”) ao

modelo do exercício ativo da cidadania política (em Portugal como noutros países europeus e no Canadá, a “variância explicada” pelo associativismo é menos de metade: 21,4%; no Brasil, a diferença entre as duas modalidades é menor: 27,5% para a automobilização e 20,8% para o associativismo).

A concluir, descortina-se pois um princípio de mudança cultural e cognitiva que parece ir, lentamente que seja, no sentido da emergência de jovens lideranças de tipo novo: menos implicadas com os sistemas político-partidários instalados, desafiando-os mesmo, não só em Portugal como também na maior parte dos países europeus que analisamos e no Canadá. O carácter inovador desta evolução decorre, precisamente, do fato de essas lideranças serem jovens e femininas. Estas novas elites são, pois, menos dependentes das modalidades convencionais do capital social clássico, como o associativismo, e mais ligadas – por isso falamos, a propósito delas, de *linking social capital*, capital social de ligação – a formas de expressão de uma sociedade civil em rede, menos corporativa e menos mercantil do que tem sido no passado, em especial nas velhas e não tão velhas democracias ocidentais. Em suma, para retomar os termos iniciais de Hirschman, jovens elites emergentes que não abandonaram a liça (*exit*) e que, ao exercício mais ou menos passivo da lealdade às instituições e interesses estabelecidos (*loyalty*), preferem fazer ouvir a sua voz (*voice*).

### Manuel Villaverde Cabral

Investigador Coordenador Jubilado do Instituto de Ciências Sociais e Diretor do Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.  
mvcabral@ics.ul.pt

## Notas

- (\*) Este texto foi inicialmente apresentado no XI Encontro Nacional das Fundações Portuguesas, realizado na cidade do Porto em maio de 2010, a convite do Dr. Rui Vilar, Presidente do Centro das Fundações Portuguesas e da Fundação Calouste Gulbenkian, a quem agradeço a oportunidade desta reflexão.
- (1) Fitoussi e Rosanvallon falam também de «*délaision*» social, desligação social, especialmente em relação à delinquência e à toxicomania.
- (2) Segundo comunicação do Mestre Daniel Carolo, que agradeço, os dados da EU-SILC 2008 e valores provisórios para 2009, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, mostram um ligeiro decréscimo no rácio S80/S20, embora com um agravamento no S10/S90, mas oficialmente é aceite como válida uma diminuição ligeira da desigualdade em Portugal. Fonte: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=83376167&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=83376167&DESTAQUESmodo=2)
- (3) Possivelmente devido ao aumento relativo dos rendimentos mais altos nas cidades, sobretudo Lisboa (comunicação de Daniel Carolo, que igualmente agradeço).

## Referências

- ALEXANDER, J. (ed.) (1998). *Real Civil Societies: dilemmas of institutionalization*. Londres, International Sociological Association.
- AMARAL, L. (2010). *Economia portuguesa – as últimas décadas*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ARATO, A. e COHEN, J. (1992). *Civil society and political theory*. Cambridge, Mass., The MIT Press.
- CABRAL, M. V. (1997). *Cidadania Política e Equidade Social*. Oeiras, Celta.
- \_\_\_\_\_. (1999). Unemployment and the political economy of the Portuguese labour market. *South European Society and Politics*, v. 4, n. 3, pp. 222-239.
- \_\_\_\_\_. (2000). “O exercício da cidadania política em Portugal”. In: CABRAL, M. V.; VALA, J. e FREIRE, J. (orgs.). *Trabalho e Cidadania*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 123-162.
- \_\_\_\_\_. (2006). Class effects and societal effects: elite and working class attitudes towards political citizenship from a European comparative perspective. *Portuguese Journal of Social Science*, v. 5, n. 3, pp. 159-178.
- \_\_\_\_\_. (2008). “Efeito metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa”. In: CABRAL, M. V.; SILVA, F. C. da e SARAIVA, T. (orgs.). *Cidade & Cidadania: governança urbana e participação cidadã*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 213-241.
- \_\_\_\_\_. (org.) (2008). *Sucesso e Insucesso: educação, economia, sociedade*. Lisboa, FCG.

- CABRAL, M. V. (2009). *Civic and political participation: a new culture shift? – evidence from 12 countries*. Comunicação apresentada no 21º Congresso Mundial da IPSA. Santiago do Chile, 12-16 julho de 2009.
- CABRAL, M. V. e CARREIRA DA SILVA, F. (2007). “Ciudad y ciudadanía en Portugal. El ‘efecto-metrópolis’ sobre el ejercicio de la ciudadanía política”. In: CLARK, T. N. e NAVARRO, C. J. (eds.). *La Nueva Cultura Política. Tendencias globales y casos iberoamericanos*. Madrid/Buenos Aires, Miño y Dávila, pp. 311-333.
- CANDEIAS, A. (2008). “Alfabetização, Escolarização e Capital Humano em Portugal nos séculos XIX e XX em Portugal, numa perspectiva comparada”. In: CABRAL, M. V. (org.). *Sucesso & Insucesso*. Lisboa, FCG.
- CASTEL, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris, Fayard.
- \_\_\_\_\_ (2007). *La discrimination négative: citoyens ou indigènes*. Paris, Seuil.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- FARINHA RODRIGUES, C. (2007). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza – Portugal nos anos 90*. Livraria Almedina.
- FITOUSSI, J-P. e ROSANVALLON, P. (1996). *Le nouvel âge des inégalités*. Paris, Seuil, pp. 47-48.
- FRANCO, R. (dir.) (2005). *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Porto, UCP.
- FREIRE, J. (2008). “Evoluções sociais o campo do associativismo”. In: CABRAL, M. V. *Sucesso & Insucesso*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 299-320.
- HIRSCHMAN, A. O. (1970). *Exit, voice and loyalty: responses to decline in firms, organizations and states*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.
- INGLEHART, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- MARSHALL, T. H. (1992). *Citizenship and social class*. Londres, Pluto Press.
- POLANYI, K. (1944/1980). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.
- PUTNAM, R. (1993). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, N. J., Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Bowling alone. The collapse and revival of American Community*. Nova York, Simon & Schuster
- RAWLS, J. (1972). *A theory of justice*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- RODRIGUES, C. F. (2007). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza – Portugal nos anos 90*. Lisboa, Almedina, pp. 307-308
- SALAMON, L. M. et al. (1999-2004). *Global civil society: dimensions of the non-profit sector*. The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies.
- SEN, A. K. (1983). *Poor, relatively speaking*. Oxford Economic Papers, v. 35, n. 2, pp. 153-169.



- SILKOSET, R. *Destructive Social Capital*. Disponível em: [http://www.suffolk.edu/files/Sawyer\\_MOPAN/silkoset\\_desctructive\\_social\\_capital.pdf](http://www.suffolk.edu/files/Sawyer_MOPAN/silkoset_desctructive_social_capital.pdf)
- WACQUANT, L. G. D. (1998). Negative social capital: state breakdown and social destitution in America's urban core. *Neth. J. of Housing and the Built Environment*, v. 13, n. 1.
- WEBER, M. (1958 [1921]). *The city*. Nova York, The Free Press.
- WELZEL, C. R.; INGLEHART, R. e DEUTSCH, F. (2005). Social Capital, Voluntary Associations and Collective Action: Which Aspects of Social Capital Have the Greatest 'Civic' Payoff? *Journal of Civil Society*, v. 1, n. 2, pp. 121–146.
- WILENSKY, H. L. (1973). *The welfare state and equality : structural and ideological roots of public expenditures*. Berkeley, University of California Press.

Texto recebido em 4/nov/2010  
Texto aprovado em 15/dez/2010

